



EDITAL DE LICITAÇÃO – UASG 987791			
Pregão Eletrônico nº 90071/2026		Data da sessão de abertura: 26 de maio de 2026	
		Horário da sessão de abertura: 08h30min	
Processo nº 162/2026	SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Edital com ITEM exclusivo ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <i>Não</i>
		Item Ampla Concorrência? <i>Não</i>	
VALOR MÁXIMO: R\$ 2.279.076,76 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos).			
Modo de disputa: Aberto e fechado	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica		Amostra/ Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM			
QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES		Link Protocolo: https://prudentopolisprscp.equipiano.com.br:5028/ramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/28	
O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ , https://prudentopolispr.equipiano.com.br:7443/transparencia/licitacoes			

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Decreto Estadual nº 10086 de 17 de janeiro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019



encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que, às **08h30min**, do dia **26 de maio de 2026** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, autorizada pelo Processo **Protocolo nº 9708/2026**.

1.2. O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. *Havendo divergência entre as especificações dos objetos descritas no sistema Compras Governamentais e aquelas constantes deste Edital, prevalecerão, para todos os fins, as disposições estabelecidas no instrumento convocatório.*

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: Lidiane Campagnaro, conforme designação através do Decreto Municipal nº 597 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 3043 do dia de 27 de maio de 2025.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Maricleia Grzeszezyszen, lotada no Departamento de Licitações.

2. DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

2.1. A presente licitação tem por objeto o *Registro de Preços para a aquisição de materiais elétricos*, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 2.279.076,76 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos).

2.3. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio



eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

D) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os ITENS 140 e 141 - a participação é de Ampla Concorrência.

4.6. Para os ITENS 141 e 143 - destinam-se a reserva de Cota para ME/EPP;

4.7. Para os itens 01 a 139 e 144 a 223 - a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.9. Não poderão disputar esta licitação

4.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.9.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.9.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.9.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.9.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.9.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. O impedimento de que trata o item 4.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.11. A vedação de que trata o item 4.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: <https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28>, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: (42) 3080-1700.

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.

5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de Ata de RP.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir



do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

7.1.3. Marca;

7.1.3.1. *As licitantes deverão, obrigatoriamente, informar a marca do item ofertado em campo específico da plataforma, bem como na proposta enviada durante a fase de julgamento, para que seja possível analisar a conformidade do item com as exigências do edital.*



7.1.3.2. Não serão aceitas descrições genéricas, como “próprio” ou “similar”, sob pena de desclassificação. Em casos onde é necessária a indicação do modelo, as mesmas condições serão aplicáveis.

7.1.3.3. A substituição da marca durante a execução do objeto será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

7.1.3.3.1 Na hipótese de autorização da substituição da marca, esta será formalizada por meio de Termo de Apostilamento, precedido de autorização expressa do Prefeito Municipal e de sua respectiva publicação no Diário Oficial, competindo à empresa detentora da Ata de Registro de Preços o acompanhamento dos referidos atos administrativos.

7.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:



assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, durante a fase de lances.

8.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.8. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.13. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (hum centavo)**.



8.14. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.15. O modo de disputa será ***“aberto e fechado”***, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.15.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores



da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.22.2.2. Empresas brasileiras;



-
- 8.22.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.22.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.22.3.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 8.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.24.** Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.
- 8.25.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados
- 8.25.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.27.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.
- 8.28.** Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para



resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

9. DA FASE DO JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;

9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.6.7.1. *Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

9.6.7.2. *Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) Habilitação jurídica;

II) Regularidade fiscal e trabalhista;

III) Qualificação Econômica – Financeira;

IV) Qualificação técnica.

10.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se



vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.1.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

10.1.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.1.3.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.3.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

10.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.1.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.1.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.6. Serão exigidos os seguintes documentos

10.1.6.1. Para comprovação da habilitação jurídica

I) Registro comercial, no caso de empresa individual;

II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição



de seus administradores;

III) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

V) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

– *Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;*

– *Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;*

– *Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.*

10.1.6.2. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

I) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

II) Prova de regularidade conjunta, relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

III) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

V) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

VI) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.



10.1.6.3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

b) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

10.2. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

10.5.3. Documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



10.10. Os documentos que não possuírem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a **180 (cento e oitenta) dias anteriores** à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para cada fase, classificação e habilitação, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://prudentopolispr.equipiano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>.

11.12. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará para homologação.

11.13. Caso à pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do comprasnet.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no **Anexo III** deste Edital.

13.3. A Ata de Registro de Preços será encaminhada a empresa vencedora, a fim de que seja realizada a devida assinatura. Ressalta-se que é responsabilidade da empresa realizar a assinatura do referido instrumento e devolvê-lo ao Departamento de Licitações no prazo estipulado, sendo este o de **05 (cinco) dias** após o seu recebimento. A não devolução do documento devidamente assinado no prazo estabelecido poderá acarretar em sanções previstas no edital ou outras medidas cabíveis, conforme a legislação vigente.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária



(diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.9.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.10. A Ata de Registro de Preço poderá, a critério da Administração, gerar a formalização de contratos específicos para a execução das aquisições ou prestações de serviços registrados, conforme necessidade, observadas as disposições do edital e da legislação vigente. Esses contratos deverão respeitar as condições, preços e prazos estipulados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de eventuais ajustes que sejam formalmente acordados entre as partes.



14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade



que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar



e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Adota-se nesta licitação e nas consequentes Atas de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de RP;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;



e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de RP financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma Ata de RP financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de RP vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1\]](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1).

16.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

16.13. A Administração poderá, até a assinatura da Ata de RP ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o (s) documento (s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;



-
- Anexo III – Minuta Ata de Registro de Preço;
 - Anexo IV – Dotações Orçamentárias.

Prudentópolis, 08 de maio de 2026.

Maricleia Grzeszezyszen
Resp. Pela Elaboração do Edital



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 9708/2025

1. DA SECRETARIA SOLICITANTE

- 1.1. Secretaria Municipal de Educação;
- 1.2. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;
- 1.3. Secretaria Municipal de Planejamento;
- 1.4. Secretaria Municipal de Saúde;
- 1.5. Secretaria Municipal de Turismo.

1.2. DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

- 1.2.1. Secretaria Municipal de Administração;
- 1.2.2. Secretaria Municipal de Finanças;
- 1.2.3. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;
- 1.2.4. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1.2.5. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura;
- 1.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura;
- 1.2.7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 1.2.8. Secretaria Municipal de Cultura;
- 1.2.9. Secretaria Municipal de Obras.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborado nos setores responsáveis das Secretarias solicitantes.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



4.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP de cada secretaria solicitante informado no processo inicial;

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade o *“Registro de Preços para a aquisição de materiais elétricos” para diversas secretarias municipais*, conforme especificações contidas neste instrumento, em consonância com o teor do processo nº 9708/2025, ao qual está vinculado.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. As Secretarias solicitantes justificam as necessidades das aquisições conforme segue:

Secretaria Municipal de Educação:

A presente contratação pública, visando a aquisição de materiais elétricos diversos (cabos, conectores, disjuntores, interruptores, lâmpadas, etc.), encontra sua justificativa na necessidade inadiável de garantir a plena funcionalidade e segurança de todas as unidades de ensino da rede municipal, incluindo Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além da própria Secretaria de Educação.

A aquisição se justifica pela atual necessidade de continuidade nas melhorias, manutenção e reformas que estão sendo realizadas nas escolas e CMEIs do município.

Os resultados positivos almejados com esta aquisição estão ligados à qualidade do ambiente escolar e à eficiência na gestão do patrimônio público como garantia da salubridade e bem-estar dos usuários, preservação do patrimônio público e prevenção de danos e acidentes referentes a eletricidade, otimizando recursos e eficiência operacional e continuidade das atividades pedagógicas.

Em síntese, a aquisição via contratação pública planejada, preferencialmente por meio de Sistema de Registro de Preços para garantir preços competitivos e agilidade no fornecimento parcelado, é um ato de gestão responsável que visa proteger o investimento público, zelar pela infraestrutura educacional e, sobretudo, garantir um ambiente seguro, higiênico e propício ao aprendizado das crianças e jovens do município.

Secretaria Municipal de Esportes e Recreação:

A presente contratação pública, visando a aquisição de materiais elétricos diversos (cabos, conectores, disjuntores, interruptores, lâmpadas, etc.), encontra sua justificativa na necessidade inadiável de garantir a plena funcionalidade e segurança de todas as Praças Desportivas e de Lazer do município de Prudentópolis sob responsabilidade da SMER.



A aquisição se justifica pela atual necessidade de continuidade nas melhorias, manutenção e reformas nas praças desportivas e de lazer do município. Os resultados positivos almejados com esta aquisição estão ligados à qualidade do ambiente esportivo e de lazer e à eficiência na gestão do patrimônio público como garantia da salubridade e bem-estar dos usuários, preservação do patrimônio público e prevenção de danos e acidentes referentes a eletricidade, otimizando recursos e eficiência operacional e continuidade das atividades pedagógicas.

Em síntese, a aquisição via contratação pública planejada, preferencialmente por meio de Sistema de Registro de Preços para garantir preços competitivos e agilidade no fornecimento parcelado, é um ato de gestão responsável que visa proteger o investimento público, zelar pela infraestrutura educacional e, sobretudo, garantir um ambiente seguro, higiênico e propício à prática de atividade esportiva e de lazer dos munícipes.

Secretaria Municipal de Planejamento:

A aquisição de materiais elétricos é fundamental para garantir a continuidade, a segurança e a qualidade das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e de Obras. Esses materiais são essenciais para a realização de instalações, manutenções corretivas e preventivas, reparos emergenciais e adequações na infraestrutura elétrica de prédios públicos, espaços urbanos e obras em geral. Atualmente, o município não dispõe de estoque suficiente para atender à demanda recorrente, o que pode comprometer a execução dos serviços, gerar atrasos e impactar negativamente a população.

Além disso, a contratação planejada de materiais elétricos proporciona maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando aquisições emergenciais com custos elevados e reduzindo o retrabalho ocasionado pelo uso de insumos inadequados ou de baixa qualidade. O fornecimento regular também contribui para a organização das equipes técnicas e o cumprimento dos cronogramas de obras e serviços.

Portanto, a contratação se mostra necessária, oportuna e vantajosa para assegurar o pleno funcionamento das atividades da Secretaria, garantindo suporte adequado à infraestrutura municipal, com impactos positivos diretos na prestação de serviços públicos e na qualidade de vida da população.

Secretaria Municipal de Saúde:

A aquisição de materiais elétricos justifica-se pela necessidade de garantir o adequado funcionamento das instalações elétricas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde. Tais materiais são indispensáveis para a execução de manutenções preventivas e corretivas, substituição de componentes danificados, bem como para a realização de pequenas adequações estruturais que assegurem a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população. Considerando que as unidades



de saúde necessitam de condições adequadas de iluminação, energia e segurança elétrica para o pleno desenvolvimento de suas atividades administrativas e assistenciais, a aquisição proposta visa atender às demandas de forma eficiente, evitando interrupções no atendimento e prevenindo riscos decorrentes de falhas na rede elétrica.

Secretaria Municipal de Turismo: As estruturas e espaços mantidos pela Secretaria de Turismo demandam manutenção elétrica e iluminação adequada, especialmente para o evento em comemoração ao Natal, preservação da segurança, conforto e visibilidade para visitantes e servidores.

A falta ou insuficiência de materiais elétricos pode comprometer o funcionamento dos quiosques, espaços públicos, monumentos, eventos culturais/públicos e a prestação de serviços ao público.

- A aquisição visa garantir prontidão para manutenção, reposição de peças, montagem de luminosos, iluminação de eventos e adequação das instalações às normas de segurança elétrica e conforto mínimo.
- A lista de materiais foi dimensionada com base no inventário de necessidades para funcionamento e manutenção das estruturas sob responsabilidade da Secretaria de Turismo, considerando aquisição de enfeites para o Natal, substituições, ampliações e eventuais reservas para reposição futura.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP de cada secretaria solicitante informado no processo inicial;

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Preço Unit.	Preço Total	Secretarias
01	Abraçadeira click PVC de 1 polegada escolha da cor no ato da compra.	Unidade	400	R\$ 1,44	R\$ 576,00	SMPO 200 SMS 200
02	Abraçadeira click PVC de 3/4 polegada escolha da cor no ato da compra.	Unidade	3200	R\$ 1,33	R\$ 4.256,00	SMPO 200 SMS 3000
03	Abraçadeira de nylon	Pacote	60	R\$ 10,95	R\$ 657,00	SMPO 30



	150x2,5mm pacote com 100.					SMS 30
04	Abraçadeira de nylon 250x4,8mm pacote com 100	Pacote	60	R\$ 22,75	R\$ 1.365,00	SMPO 30 SMS 30
05	Abraçadeira de nylon 300x4,8mm pacote com 100.	Pacote	60	R\$ 27,00	R\$ 1.620,00	SMPO 30 SMS 30
06	Adaptador 1 polegada para eletroduto em caixa X de sobrepor escolha da cor no ato da compra, sendo igual o superior marca Tramontina.	Unidade	600	R\$ 1,90	R\$ 1.140,00	SMPO 300 SMS 300
07	Adaptador 3/4 polegadas para eletroduto em caixa X de sobrepor escolha da cor no ato da compra, sendo igual o superior marca Tramontina.	Unidade	600	R\$ 1,63	R\$ 978,00	SMPO 300 SMS 300
08	Adaptadores de soquete de lâmpadas E-40 para E-27 em porcelana.	Unidade	100	R\$ 7,75	R\$ 775,00	SMPO 50 SMS 50
09	Álcool Isopropílico 5litros	Unidade	6	R\$ 107,65	R\$ 645,90	SMPO 3 SMS 3
10	Bebedouro industrial de inox 100litros , com certificado do Inmetro, estrutura em aço inox 430, pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência, serpentina interna em aço inox 304, reservatório em polipropileno, isolamento em EPS, gás ecológico R134a,	Unidade	2	R\$ 2.452,50	R\$ 4.905,00	SMPO 2



	aparador de água reforçado e mangueira de dreno, com filtro incluso, termostato para ajuste de temperatura, garantia de 12 meses, com manutenção a 100km distancia, tomada de três pinos, com três saídas de água, uma natural e duas geladas.					
11	Bocal e27 porcelana.	Unidade	10	R\$ 4,47	R\$ 44,70	SMT 10
12	Bocal e40 porcelana Unid.	Unidade	10	R\$ 9,13	R\$ 91,30	SMT 10
13	Bucha para parafuso L)5 mm.	Unidade	50	R\$ 0,37	R\$ 18,50	SMT 50
14	Bucha plástica para parede de alvenaria 6 mm.	Unidade	800	R\$ 0,05	R\$ 40,00	SMT 800
15	Bucha plástica para parede de alvenaria 5 cm, com 10 uni.	Pacote	50	R\$ 4,10	R\$ 205,00	SMT 50
16	Cabo 70 sólido ou semi rígido.	Metro	1100	R\$ 95,24	R\$ 104.764,00	SMER 100 SME 1000
17	Cabo CCE telefônico externo blindado 200mm.	PAR	12	R\$ 3,55	R\$ 42,60	SME 12
18	Cabo de rede de Lan categoria 5 com 305 metros cada caixa.	CAIXA	11	R\$ 345,88	R\$ 3.804,68	SMER 1 SME 10
19	Cabo flexível 10,0mm.	Metro	3100	R\$ 11,94	R\$ 37.014,00	SMER 100 SME 3000
20	Cabo triplex 16 mm.	Metro	2100	R\$ 11,50	R\$	SMER 100



					24.150,00	SME 2000
21	Caixa de distribuição para 8 elementos plástico.	Unidade	25	R\$ 58,66	R\$ 1.466,50	SMER 5 SME 20
22	Caixa de distribuição de elementos de embutir 16 elementos cor branca 1ª linha.	Unidade	30	R\$ 107,72	R\$ 3.231,60	SMPO 15 SMS 15
23	Caixa de distribuição de elementos de embutir 24 elementos cor branca 1ª linha.	Unidade	30	R\$ 169,14	R\$ 5.074,20	SMPO 15 SMS 15
24	Caixa de distribuição de elementos de sobrepor 24 elementos cor branca 1ª linha.	Unidade	30	R\$ 176,97	R\$ 5.309,10	SMPO 15 SMS 15
25	Caixa X 3 de sobrepor para eletroduto termoplástico, e a cor fica sendo na escolha do ato da compra nas medidas, (Altura 7,1cm, largura 5,8cm, comprimento 9cm, 67grama peso), sendo igual ou superior da marca Tramontina.	Unidade	600	R\$ 15,70	R\$ 9.420,00	SMPO 300 SMS 300
26	Canaleta para piso pvc nas medidas 52mmx14mmx2metros escolha cor no ato da compra.	Unidade	400	R\$ 43,25	R\$ 17.300,00	SMPO 200 SMS 200
27	Canaleta plástica 20mm de	Unidade	600	R\$ 7,61	R\$ 4.566,00	SMPO 300



	espessura por 2 mts de comprimento com dupla Canaleta plástica 20mm de espessura por 2 mts de comprimento com dupla face para fixação com certificado do inmetro.					SMS 300
28	Cantoneira L 10x10mm, com 2mm largura.	Unidade	400	R\$ 6,96	R\$ 2.784,00	SMPO 200 SMS 200
29	Cantoneira L 50x50mm, com 2mm largura.	Unidade	400	R\$ 5,97	R\$ 2.388,00	SMPO 200 SMS 200
30	Cascata 427 LEDs fixos com estrela de 17 cm na ponta, fio cristal, 25 caídas, comprimento total 6 metros, IP44, fonte IP65, cor branco quente.	Unidade	100	R\$ 208,22	R\$ 20.822,00	SMT 100
31	Chave contatora tripolar 25 amperes lcl.	Unidade	8	R\$ 175,23	R\$ 1.401,84	SMPO 4 SMS 4
32	Chave contatora tripolar 32 amperes lcl.	Unidade	8	R\$ 230,82	R\$ 1.846,56	SMPO 4 SMS 4
33	Chave contatora tripolar 40 amperes lcl.	Unidade	8	R\$ 339,69	R\$ 2.717,52	SMPO 4 SMS 4
34	Conector de Derivação Perfurante , conexão por aperto simultâneo, através de perfuração da isolação, fabricado em polímero resistente a intempéries e a raios U.V. e contatos em	Unidade	1000	R\$ 11,87	R\$ 11.870,00	SMPO 500 SMS 500



	cobre estanhado, condutor principal de 10mm a 95mm e derivação de 10mm a 95mm, com certificação do INMETRO.					
35	Conector de Derivação Perfurante , conexão por aperto simultâneo, através de perfuração da isolação, fabricado em polímero resistente a intempéries e a raios U.V. e contatos em cobre estanhado, condutor principal de 16mm a 95mm e derivação de 16mm - 95mm, com certificação do INMETRO.	Unidade	400	R\$ 14,67	R\$ 5.868,00	SMPO 200 SMS 200
36	Conector de Derivação Perfurante , conexão por aperto simultâneo, através de perfuração da isolação, fabricado em polímero resistente a intempéries e a raios U.V. e contatos em cobre estanhado, condutor principal de 70mm a 240mm e derivação de 70mm a 240mm, com certificação do INMETRO.	Unidade	400	R\$ 23,44	R\$ 9.376,00	SMPO 200 SMS 200
37	Conector de saída para canaleta 20x10 material	Unidade	600	R\$ 1,63	R\$ 978,00	SMPO 300 SMS 300



	termoplastico para caixa x de sobrepor, escolha da cor no ato da compra, sendo igual ou superior tramontina.					
38	Conector sapata 35mm.	Unidade	55	R\$ 13,36	R\$ 734,80	SMER 5 SME 50
39	Conector split bolt 35mm.	Unidade	105	R\$ 21,47	R\$ 2.254,35	SMER 5 SME 100
40	Conector split bolt 50mm.	Unidade	105	R\$ 20,13	R\$ 2.113,65	SMER 5 SME 100
41	Cordão cabo pp com soquetes e lâmpadas bolinha cordão/cabo pp 2 x 1 mm, com 30 soquetes e 30 lâmpadas bolinhas de led, bivolt, externo, cabo com 15 metros de extensão. tomada m/f, união de até 5 cabos, potência total 60 watts. ip-44. lâmpadas na cor branco quente. top-2010.	Unidade	100	R\$ 397,52	R\$ 39.752,00	SMT 100
42	Cordões 150 LEDs , fio verde 2,2 mm, com estrobinhos (120 fixos e 30 estrobinhos), com 15 metros, IP44, fonte retificadora IP65, cor branco quente.	Unidade	100	R\$ 57,02	R\$ 5.702,00	SMT 100
43	Corda/mangueira luminosa em leds , 13mm de diâmetro, corte a cada metro, com 40	Unidade	10	R\$ 874,00	R\$ 8.740,00	SMT 10



	leds por metro com estrobinhos. cada metro contém 8 estrobinhos e 32 leds fixos. leds deitados para uma visão em 360 graus. potência mínima: 3w/mt. uso interno/externo. mangueira de 2 fios. tensão 220 volts. rolo com 100 metros contendo: 5 cabos de força, 5 emendas (conectores interconexão) e 5 capas de terminação 13mm. ip-44. cores disponíveis: branco branco quente, cabos de força para mangueira fixa de 13mm.					
44	Chuveiro elétrico 110/220 com braço.	Unidade	30	R\$ 73,38	R\$ 2.201,40	SMS 30
45	Disjuntor 2x20.	Unidade	70	R\$ 36,94	R\$ 2.585,80	SMER 20 SME 50
46	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar I Lkm1-150A.	Unidade	10	R\$ 449,25	R\$ 4.492,50	SMPO 5 SMS 5
47	Disjuntor Din bipolar 2 x 16 amperes curva C com normas da ABNT certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 26,88	R\$ 5.376,00	SMPO 100 SMS 100
48	Disjuntor 2x30.	Unidade	70	R\$ 31,75	R\$ 2.222,50	SMER 20 SME 50
49	Disjuntor Din bipolar 2 x	Unidade	200	R\$ 31,10	R\$ 6.220,00	SMPO 100



	32 amperes curva C com normas da ABNT e certificação ABNT e certificação no INMETRO.					SMS 100
50	Disjuntor 2x40.	Unidade	70	R\$ 37,86	R\$ 2.650,20	SMER 20 SME 50
51	Disjuntor Din bipolar 2 x 40 amperes curva C com normas da ABNT certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00	SMPO 100 SMS 100
52	Disjuntor Din bipolar 2 x 50 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 31,79	R\$ 6.358,00	SMPO 100 SMS 100
53	Disjuntor Din bipolar 2 x 80 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	130	R\$ 71,35	R\$ 9.275,50	SMPO 100 SMS 30
54	Disjuntor Din tripolar 3 x 16 amperes curva C com normas da ABNT certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 57,55	R\$ 11.510,00	SMPO 100 SMS 100
55	Disjuntor Din tripolar 3 x 32 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 56,05	R\$ 11.210,00	SMPO 100 SMS 100
56	Disjuntor Din tripolar 3 x 40 amperes curva C com normas da ABNT certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 65,99	R\$ 13.198,00	SMPO 100 SMS 100



57	Disjuntor Din tripolar 3 x 50 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 61,72	R\$ 12.344,00	SMPO 100 SMS 100
58	Disjuntor Din tripolar 3 x 80 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	130	R\$ 167,50	R\$ 21.775,00	SMPO 100 SMS 30
59	Disjuntor Din unipolar 1 x 16 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 13,52	R\$ 2.704,00	SMPO 100 SMS 100
60	Disjuntor Din unipolar 1 x 32 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 13,52	R\$ 2.704,00	SMPO 100 SMS 100
61	Disjuntor Din unipolar 1 x 50 amperes curva C com normas da ABNT e certificação no INMETRO.	Unidade	200	R\$ 12,97	R\$ 2.594,00	SMPO 100 SMS 100
62	Disjuntor 3x200 nema 230/400v 50/60hz nbr nm 4.500” com certificado Inmetro.	Unidade	15	R\$ 480,61	R\$ 7.209,15	SMER 5 SME 10
63	Disjuntor Dr Bipolar Fuga Diferencial Residual 2p 63a 30ma.	Unidade	20	R\$ 104,55	R\$ 2.091,00	SMPO 10 SMS 10
64	Disjuntor Dr Tripolar Fuga Diferencial Residual 2p 63a 30ma.	Unidade	20	R\$ 79,65	R\$ 1.593,00	SMPO 10 SMS 10



65	Disjuntor nema bi 2x50 amperes com normas da abnt e certificação do Inmetro.	Unidade	60	R\$ 56,35	R\$ 3.381,00	SMER 10 SME 50
66	Disjuntor nema monofásico 1x50 amperes com normas da abnt e certificação do Inmetro.	Unidade	60	R\$ 34,50	R\$ 2.070,00	SMER 10 SME 50
67	Disjuntor tripolar 150a.	Unidade	15	R\$ 414,19	R\$ 6.212,85	SMER 5 SME 10
68	Eletrocalha perfurada 50x50 mm zincada chapa-24 com 3 metros, para passagem de circuito e sistema de alimentação.	Unidade	200	R\$ 59,50	R\$ 11.900,00	SMPO 100 SMS 100
69	Eletroduto PVC escolha da cor no ato da compra de 1 polegada barra de 3 metros sem rosca, igual ou superior marca Tramontina.	Unidade	500	R\$ 18,25	R\$ 9.125,00	SMPO 250 SMS 250
70	Eletroduto barra em pvc 3 metros de diâmetro 1".	Unidade	120	R\$ 21,55	R\$ 2.586,00	SMER 20 SME 100
71	Eletroduto PVC escolha da cor no ato da compra de 3/4 polegada barra de 3 metros sem rosca, igual ou superior marca Tramontina.	Unidade	500	R\$ 14,94	R\$ 7.470,00	SMPO 250 SMS 250
72	Emenda para rj 45.	Unidade	70	R\$ 4,01	R\$ 280,70	SMER 20 SME 50
73	Espaguete termo retrátil para fio 2,5mm.	Metro	6	R\$ 4,85	R\$ 29,10	SMPO 3 SMS 3



74	Espaguete termo retrátil para fio 4mm.	Metro	6	R\$ 7,33	R\$ 43,98	SMPO 3 SMS 3
75	Espaguete termo retrátil para fio 6mm.	Metro	6	R\$ 7,17	R\$ 43,02	SMPO 3 SMS 3
76	Espaguete termo retrátil para fio 10mm.	Metro	6	R\$ 9,29	R\$ 55,74	SMPO 3 SMS 3
77	Estilete uso industrial 25 mm.	Unidade	40	R\$ 17,98	R\$ 719,20	SMPO 20 SMS 20
78	Fecho para fita aço inox 19mm , igual ou similar à marca Jandrigues Presili.	Unidade	67	R\$ 3,33	R\$ 223,11	SME 67
79	Filtro para bebedor com filtragem de 4.000 litros rosca ½ tamanho de 23cm com refil extra garantia de 6(seis) meses.	Unidade	40	R\$ 79,80	R\$ 3.192,00	SMPO 20 SMS 20
80	Fio cabo flexível na espessura de 10mm, 750V, diversas cores , dentro das normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	1200	R\$ 10,80	R\$ 12.960,00	SMPO 600 SMS 600
81	Fio cabo flexível na espessura de 16mm, 750V , dentro das normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	1200	R\$ 19,09	R\$ 22.908,00	SMPO 600 SMS 600
82	Fio cabo flexível na espessura de 2,5mm, 750V , diversas cores, dentro das	Metro	4000	R\$ 2,57	R\$ 10.280,00	SMPO 2000 SMS 2000



	normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.					
83	Fio cabo flexível na espessura de 2x2,5mm, paralelo 750V , dentro das normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	4000	R\$ 7,18	R\$ 28.720,00	SMPO 2000 SMS 2000
84	Fio cabo flexível na espessura de 2x4mm, paralelo 750V , dentro das normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	4000	R\$ 10,44	R\$ 41.760,00	SMPO 2000 SMS 2000
85	Fio cabo flexível na espessura de 35mm, 750V , diversas cores, dentro das normas NBR NM 280, NBR NM 247-2 ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	600	R\$ 39,76	R\$ 23.856,00	SMPO 300 SMS 300
86	Fio cabo flexível na espessura de 4mm, 750V , diversas cores, dentro das normas NBR NM 280, ABNT e certificação do INMETRO.	Metro	2000	R\$ 4,65	R\$ 9.300,00	SMPO 1000 SMS 1000
87	Fio cabo flexível na espessura de 6mm, 750V , diversas cores, dentro das normas NBR NM 280,	Metro	2000	R\$ 6,79	R\$ 13.580,00	SMPO 1000 SMS 1000



	ABNT e certificação do INMETRO.					
88	Fio cabo PP 750V, 3 x 2, 5 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	1000	R\$ 10,12	R\$ 10.120,00	SMPO 500 SMS 500
89	Fio cabo PP 750 V 2 x 1,5 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	600	R\$ 4,67	R\$ 2.802,00	SMPO 300 SMS 300
90	Fio cabo PP 750 V 2 x 4,0 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	800	R\$ 14,32	R\$ 11.456,00	SMPO 400 SMS 400
91	Fio cabo PP 750 V 2 x 6,0 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	800	R\$ 16,24	R\$ 12.992,00	SMPO 400 SMS 400
92	Fio cabo PP 750 V 3 x 10 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	200	R\$ 43,00	R\$ 8.600,00	SMPO 100 SMS 100
93	Fio cabo PP 750 V 3 x 4,0 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	800	R\$ 16,30	R\$ 13.040,00	SMPO 400 SMS 400
94	Fio cabo PP 750 V 3 x 6,0 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	800	R\$ 19,90	R\$ 15.920,00	SMPO 400 SMS 400
95	Fio cabo PP 750 V 4 x 1,5 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	600	R\$ 10,13	R\$ 6.078,00	SMPO 300 SMS 300
96	Fio cabo PP 750V, 2 x 2, 5 mm com certificação no INMETRO NBR 13249.	Metro	1000	R\$ 6,78	R\$ 6.780,00	SMPO 500 SMS 500



97	Fio cabo flexível 450/750v 1x 10,0mm² 247nm02 , composição cu/pvc na cor preta, rolo com 100mts.	Metro	2100	R\$ 12,38	R\$ 25.998,00	SMER 100 SME 2000
98	Fio cabo flexível 450/750v , 1x 4,0mm² 247nm02 , composição cu/pvc na cor preta, rolo com 100mts.	Unidade	3100	R\$ 5,63	R\$ 17.453,00	SMER 100 SME 3000
99	Fio cabo flexível 450/750v 1x 6,0mm², 247nm02 , composição cu/pvc na cor preta, rolo com 100mts.	Metro	3100	R\$ 7,28	R\$ 22.568,00	SMER 100 SME 3000
100	Fio cabo paralelo 2 x 2,5mm 300v , na cor branca, capa em pvc 0,8mm dentro das normas abnt e certificação do Inmetro, rolo com 100 mts.	ROLO	150	R\$ 8,00	R\$ 1.200,00	SMER 100 SME 50
101	Fio cabo paralelo 2x 4mm 300v , na cor branca, capa em pvc 0,8mm dentro das normas abnt e certificação do Inmetro, rolo com 100 metros.	Metro	3100	R\$ 10,38	R\$ 32.178,00	SMER 100 SME 3000
102	Fio cabo pp flexível 750v 2 x 1,5mm diâmetro de 12,8mm com certificação no Inmetro normal aplicável nbr13249, rolo com 100 mts.	ROLO	52	R\$ 493,50	R\$ 25.662,00	SMER 2 SME 50
103	Fio cabo pp flexível 750v 2	ROLO	52	R\$ 6,32	R\$ 328,64	SMER 2



	x 2,5mm , diâmetro de 12,8mm, com certificação no Inmetro normal aplicável nbr13249, rolo com 100 mts.					SME 50
104	Fio cabo pp flexível, 750v 2 x 4mm , diâmetro de 12,8 mm com certificação no Inmetro normal aplicável nbr13249, rolo com 100 mts.	ROLO	52	R\$ 11,13	R\$ 578,76	SMER 2 SME 50
105	Fio de nylon quadrado 3,0mm para roçadeira, rolo com no mínimo 300mts Unid 02.	ROLO	2	R\$ 302,49	R\$ 604,98	SMT 2
106	Fio sólido 10.0mm, igual ou similar à marca Corfio.	Metro	2000	R\$ 12,43	R\$ 24.860,00	SME 2000
107	Fita de aço inox lisa, 19mm x 30mts , igual ou similar à marca Jandrigues.	Metro	150	R\$ 93,22	R\$ 13.983,00	SME 150
108	Fita Dupla face 12mmx20mt igual ou superior 3M.	Unidade	20	R\$ 38,40	R\$ 768,00	SMPO 10 SMS 10
109	Fita Isolante Alta Fusão 19mm x 10 mts com certificado INMETRO.	Unidade	100	R\$ 19,63	R\$ 1.963,00	SMPO 50 SMS 50
110	Fita Isolante antichama 0,15mmx19mmx20 mts com certificado INMETRO.	Unidade	660	R\$ 7,96	R\$ 5.253,60	SMPO 300 SMER 10 SME 50 SMS 300
111	Fita Isolante antichama na cor azul 0,15mmx19mmx20	Unidade	100	R\$ 7,22	R\$ 722,00	SMPO 50 SMS 50



	mts com certificado INMETRO.					
112	Fita Isolante antichama na cor branca 0,15mmx19mmx20 mts com certificado INMETRO.	Unidade	100	R\$ 10,28	R\$ 1.028,00	SMPO 50 SMS 50
113	Fita Isolante antichama na cor cinza 0,15mmx19mmx20 mts com certificado INMETRO.	Unidade	100	R\$ 10,25	R\$ 1.025,00	SMPO 50 SMS 50
114	Fita Isolante antichama na cor verde 0,15mmx19mmx20 mts com certificado INMETRO.	Unidade	100	R\$ 8,97	R\$ 897,00	SMPO 50 SMS 50
115	Fita Isolante antichama na cor vermelha 0,15mmx19mmx20 mts com certificado INMETRO.	Unidade	100	R\$ 10,45	R\$ 1.045,00	SMPO 50 SMS 50
116	Fita isolante 0,15 mm x 19 mm x 20 metros antichama amarela com certificado INMETRO.	Unidade	6	R\$ 10,03	R\$ 60,18	SMT 6
117	Fita Veda Rosca, igual ou similar à marca Durin.	Unidade	60	R\$ 5,37	R\$ 322,20	SMER 10 SME 50
118	Fita veda rosca 18 mm/10 m igual ou superior a 3M Unid 03.	Unidade	3	R\$ 4,51	R\$ 13,53	SMT 3
119	Grampo miguelão.	Unidade	70	R\$ 7,58	R\$ 530,60	SME 70
120	Interruptor com placa liga desliga 2 x 4 com 1 tecla de	Unidade	160	R\$ 8,51	R\$ 1.361,60	SMER 10 SME 150



	embutir , com certificação no Inmetro.					
121	Interruptor com placa liga desliga 2x4, com 2 teclas de embutir , com certificação no Inmetro.	Unidade	150	R\$ 11,24	R\$ 1.686,00	SME 150
122	Kit Parafuso cabeça quadrada 5/8x400mm completo , 1(uma) porca quadrada 5/8 e 1(uma) arruela quadrada 5/8 galvanizado a fogo, atendendo os padrões da Copel.	Unidade	300	R\$ 15,76	R\$ 4.728,00	SMPO 150 SMS 150
123	Lâmina de estilete 25mm embalagem com 10 unidades.	Unidade	40	R\$ 21,70	R\$ 868,00	SMPO 20 SMS 20
124	Lâmpada de LED 12wats bocal E27, ovoide fluxo luminoso 1.055 lúmens com vida útil 25000 horas, na cor branca, com certificado no Inmetro.	Unidade	600	R\$ 6,62	R\$ 3.972,00	SMER 100 SME 500
125	Lâmpada de Led 15W E27 6500K bivolt , com certificado INMETRO, sendo igual ou superior marca Osram.	Unidade	2500	R\$ 7,71	R\$ 19.275,00	SMPO 1000 SMS 1500
126	Lâmpada de LED 15wats bocal E27, ovoide fluxo luminoso 1.470 lúmens, com	Unidade	600	R\$ 8,34	R\$ 5.004,00	SMER 100 SME 500



	vida útil 25000 horas, na cor branca, com certificado no Inmetro.					
127	Lâmpada de Led 20W E27 6500K bivolt , com certificado INMETRO, sendo igual ou superior marca Osram.	Unidade	2000	R\$ 10,65	R\$ 21.300,00	SMPO 1000 SMS 1000
128	Lâmpada de Led 80W 6500K E-40 Com adaptador para E-27, bivolt.	Unidade	200	R\$ 78,47	R\$ 15.694,00	SMPO 100 SMS 100
129	Lâmpada de LED Super Bulbo Alta Potência Led 20w 6500k Elgin Cor da luz Branco-frio 110V/220V com certificação no INMETRO.	Unidade	50	R\$ 16,50	R\$ 825,00	SMT 50
130	Lâmpada de LED Super Bulbo Alta Potência Led 12W 6500k Elgin Cor da luz Branco-frio 110V/220V com certificação no INMETRO Unid 100.	Unidade	50	R\$ 6,26	R\$ 313,00	SMT 50
131	Lâmpada tubular T8 18W 6500K bivolt comprimento de 120cm soquete G13 vida útil 25.00 ou mais, sendo igual ou superior marca Osram.	Unidade	300	R\$ 14,00	R\$ 4.200,00	SMPO 150 SMS 150
132	Lâmpada tubular LED 20W.	Unidade	600	R\$ 18,38	R\$ 11.028,00	SMER 100 SME 500



133	Lâmpada Tubular Vapor Sódio 250W 2000K E-40, com certificado do INMETRO, sendo igual ou superior marca Osram.	Unidade	150	R\$ 38,81	R\$ 5.821,50	SMPO 150
134	Lâmpada Tubular Vapor Sódio 400W E-40, com certificado do INMETRO, sendo igual ou superior marca Osram.	Unidade	150	R\$ 61,39	R\$ 9.208,50	SMPO 150
135	Lâmpada Tubular Vapor Sódio 70W 2000K E-27, com certificação do INMETRO	Unidade	150	R\$ 35,70	R\$ 5.355,00	SMPO 150
136	Limpa contato spray.	Unidade	200	R\$ 19,47	R\$ 3.894,00	SMPO 100 SMS 100
137	Luminária led slim 120 cm 6500K 36/40WTS Bivolt.	Unidade	150	R\$ 38,50	R\$ 5.775,00	SMS 150
138	Luminária Plafon, 25w LED quadrada de embutir. Cor branca fria, bivolt vida útil mínima de 50,000 horas. Dimensão mínima 30CM X 30cm, profundidade mínima 1,3cm, peso máximo 1kg, material acrílico e alumínio. Garantia mínima de 3 anos. Com Selo de Qualidade ISO.	Unidade	400	R\$ 28,75	R\$ 11.500,00	SMER 100 SME 300
139	Luminária Pública Ornamental Led PT 341	Unidade	300	R\$ 314,66	R\$ 94.398,00	SMPO 150 SMS 150



	100w com garantia de 1 (um) ano na cor preta.					
140	Luminária pública, Luminárias Pétalas COB, potência de 250 W em LED, vida útil mínima de 50.000 hrs, luz na cor 5000-6500K, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 30.000 lumens, com fotocélula externa, cabo de alimentação com 5 metros sem emendas, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 5 anos assinada pelo fabricante do produto e apresentar no ato da licitação registro do INMETRO.	Unidade	300	R\$ 320,32	R\$ 96.096,00	SMPO 300
141	Luminária pública, Luminárias Pétalas COB, potência de 400 W em LED, vida útil mínima de 50.000 hrs, luz na cor 6000-6500K, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 40.000 lumens, com fotocélula externa, proteção IP68, cabo de alimentação com 5 metros sem emendas, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 5 anos assinada pelo fabricante do	Unidade	300	R\$ 332,97	R\$ 99.891,00	SMPO 300



	produto e apresentar no ato da licitação registro do INMETRO.					
142	Luminária pública, Luminárias Pétalas COB, potência de 70 W em LED, vida útil mínima de 50.000 hrs, luz na cor 5000K-6500K, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 15.000 lumens, com fotocélula externa, cabo de alimentação com 5 metros sem emendas, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 5 anos assinada pelo fabricante do produto e apresentar no ato da licitação registro do INMETRO.	Unidade	320	R\$ 258,33	R\$ 82.665,60	SMPO 300 SMS 20
143	Luminária pública, Luminárias Pétalas COB, potência de 150 W em LED, vida útil mínima de 50.000 hrs, luz na cor 5000K-6500K, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 15.000 lumens, com fotocélula externa, cabo de alimentação com 5 metros sem emendas, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 5 anos assinada pelo	Unidade	320	R\$ 237,66	R\$ 76.051,20	SMPO 300 SMS 20



	fabricante do produto e apresentar no ato da licitação registro do INMETRO.					
144	Luva Eletroduto pesado 1, igual ou similar à marca Tigre.	PAR	32	R\$ 48,44	R\$ 1.550,08	SME 32
145	Modulo cego para caixa x 3 de sobrepor (Altura 7,1cm, largura 5,8cm, comprimento 9cm, 67grama peso) material em ABS escolha da cor no ato da compra, sendo igual ou superior Tramontina.	Unidade	1000	R\$ 1,46	R\$ 1.460,00	SMPO 500 SMS 500
146	Modulo de conector RJ45 cat6 para encaixe em caixa X 3 sobrepor fêmea modelo keystone material em ABS escolha da cor no ato da compra, sendo igual ou superior Tramontina.	Unidade	1000	R\$ 11,35	R\$ 11.350,00	SMPO 500 SMS 500
147	Modulo tomada 20A para encaixe em caixa X 3 sobrepor (Altura 7,1cm, largura 5,8cm, comprimento 9cm, 67grama peso) material em ABS escolha da cor no ato da compra, sendo igual ou superior Tramontina.	Unidade	250	R\$ 7,97	R\$ 1.992,50	SMPO 250
148	Modulo tomada 10A para encaixe em caixa X 3 sobrepor (Altura 7,1cm,	Unidade	250	R\$ 11,61	R\$ 2.902,50	SMPO 250



	largura 5,8cm, comprimento 9cm, 67grama peso) material em ABS escolha da cor no ato da compra, sendo igual ou superior Tramontina.					
149	PARAFUSO REX , 200mmx8, igual ou similar à marca Romagnole.	Unidade	300	R\$ 17,89	R\$ 5.367,00	SME 300
150	Pino fêmea 2p + terra, 20 amperes, 250v, com certificado no Inmetro.	Unidade	50	R\$ 10,76	R\$ 538,00	SME 50
151	Pino macho 2p + terra, 10 amperes, 250v, com certificado no Inmetro.	Unidade	50	R\$ 8,44	R\$ 422,00	SME 50
152	Plafon bocal, corpo em porcelana, E27, com certificado no Inmetro.	Unidade	230	R\$ 4,15	R\$ 954,50	SMER 30 SME 200
153	Plafon de embutir led luz branca fria 18W medidas 22cmx22cm quadrada bivolt.	Unidade	600	R\$ 24,61	R\$ 14.766,00	SMPO 300 SMS 300
154	Plafon de embutir led luz branca fria 24W medidas 30cmx30cm quadrada bivolt.	Unidade	600	R\$ 30,12	R\$ 18.072,00	SMPO 300 SMS 300
155	Plafon de embutir led luz branca fria 36W medidas 42cmx42cm quadrada bivolt.	Unidade	600	R\$ 79,98	R\$ 47.988,00	SMPO 300 SMS 300
156	Plafon de embutir led luz branca fria 48W medidas 42cmx42cm quadrada bivolt.	Unidade	200	R\$ 177,48	R\$ 35.496,00	SMPO 100 SMS 100
157	Plafon de sobrepor	Unidade	600	R\$ 25,25	R\$	SMPO 300



	quadrado luz branca fria 18W bivolts medidas 21X21 bivolt.				15.150,00	SMS 300
158	Plafon de sobrepor quadrado luz branca fria 24W bivolts medidas 30X30 bivolt.	Unidade	600	R\$ 29,27	R\$ 17.562,00	SMPO 300 SMS 300
159	Plafon de sobrepor quadrado luz branca fria 36W bivolts medidas 40X40 bivolt.	Unidade	200	R\$ 104,53	R\$ 20.906,00	SMPO 100 SMS 100
160	Plafon de sobrepor quadrado luz branca fria 48W bivolts medidas 40X40 bivolt.	Unidade	200	R\$ 149,73	R\$ 29.946,00	SMPO 100 SMS 100
161	Plug Fêmea 2 P 10A.	Unidade	400	R\$ 6,19	R\$ 2.476,00	SMPO 200 SMS 200
162	Plug Fêmea 3 P 20A.	Unidade	400	R\$ 8,75	R\$ 3.500,00	SMPO 200 SMS 200
163	Plug Fêmea 3 P 30A.	Unidade	400	R\$ 15,20	R\$ 6.080,00	SMPO 200 SMS 200
164	Plug Macho 2 P 10A.	Unidade	400	R\$ 8,34	R\$ 3.336,00	SMPO 200 SMS 200
165	Plug Macho 2 P 20A.	Unidade	400	R\$ 10,19	R\$ 4.076,00	SMPO 200 SMS 200
166	Plug Macho 2 P 30A.	Unidade	400	R\$ 20,11	R\$ 8.044,00	SMPO 200 SMS 200
167	Plug Macho 3 P 10A.	Unidade	100	R\$ 11,73	R\$ 1.173,00	SMPO 50 SMS 50



168	Plug Macho 3 P 20A.	Unidade	200	R\$ 15,33	R\$ 3.066,00	SMPO 100 SMS 100
169	Plug Macho 3 P 30A.	Unidade	200	R\$ 19,25	R\$ 3.850,00	SMPO 100 SMS 100
170	Plug RG 45.	Unidade	240	R\$ 12,16	R\$ 2.918,40	SMER 100 SME 140
171	Quadro de distribuição sobrepor com kit trifásico de 100ª para 14 circuito.	Unidade	20	R\$ 635,29	R\$ 12.705,80	SMPO 10 SMS 10
172	Ramal Triplex 3x16mm, fabricação em alumínio, com certificação do INMETRO.	METRO	400	R\$ 10,57	R\$ 4.228,00	SMPO 200 SMS 200
173	Ramal Triplex 3x35mm, fabricado em alumínio, com certificação do INMETRO.	METRO	200	R\$ 21,41	R\$ 4.282,00	SMPO 200
174	Ramal Triplex 3x50mm, fabricado em alumínio, com certificação do INMETRO.	METRO	200	R\$ 29,38	R\$ 5.876,00	SMPO 200
175	RAMAL QUADRUPLEX 4x16mm, fabricado em alumínio, com certificação do INMETRO.	METRO	400	R\$ 14,85	R\$ 5.940,00	SMPO 200 SMS 200
176	RAMAL QUADRUPLEX 4x35mm, fabricado em alumínio, com certificação do INMETRO.	METRO	200	R\$ 29,96	R\$ 5.992,00	SMPO 200
177	RAMAL QUADRUPLEX 4x50mm, fabricado em alumínio, com 100 metros e com certificação do	METRO	400	R\$ 42,38	R\$ 16.952,00	SMPO 200 SMS 200



	INMETRO.					
178	Refletor de LED branco, 30w, bivolt de 85 a 254v, com certificado Inmetro.	Unidade	100	R\$ 33,30	R\$ 3.330,00	SME 100
179	Refletor de LED branco, 50w, bivolt de 85 a 254v, com certificado Inmetro.	Unidade	150	R\$ 47,75	R\$ 7.162,50	SMER 50 SME 100
180	Refletor de Led Luz Branca 100w 6500k a prova d'água bivolt.	Unidade	600	R\$ 58,75	R\$ 35.250,00	SMPO 300 SMS 300
181	Refletor de Led 100w bivolt, fluxo luminoso de 9.000 a 10.000 lúmens, 6.500k, IP 65, corpo em alumínio injetado com vidro temperado, vida útil cerca de 25.000 a 50.000 horas, classe A, medidas: Altura 27 a 30 cm, Largura 22 a 25 cm, Profundidade 4,5 a 6 cm e Peso entre 1.2 a 1.8 kg.	Unidade	200	R\$ 60,90	R\$ 12.180,00	SMER 200
182	Refletor de Led Luz Branca 200w 6500k a prova d'água bivolt.	Unidade	200	R\$ 88,50	R\$ 17.700,00	SMPO 100 SMS 100
183	Refletor de Led 200w bivolt, fluxo luminoso de 18.000 a 20.000 lúmens, 6.500k, IP 65, corpo em alumínio injetado com vidro temperado, vida útil cerca de	Unidade	500	R\$ 88,50	R\$ 44.250,00	SMER 500



	30.000 a 50.000 horas, classe A, medidas: Altura 33 a 36 cm, Largura 28 a 32 cm, Profundidade 5 a 7 cm e Peso entre 2.2 a 2.8 kg.					
184	Refletor de Led Luz Branca 300w 6500k a prova d'água bivolt.	Unidade	140	R\$ 152,30	R\$ 21.322,00	SMPO 70 SMS 70
185	Refletor de Led Luz Branca 400w 6500k a prova d'água bivolt.	Unidade	140	R\$ 233,73	R\$ 32.722,20	SMPO 70 SMS 70
186	Refletor de Led Luz Branca 50w 6500k a prova d'água bivolt.	Unidade	600	R\$ 38,23	R\$ 22.938,00	SMPO 300 SMS 300
187	Rele de Sobrecarga 3US50 8 A 12,5A 3US5000-1K.	Unidade	20	R\$ 123,25	R\$ 2.465,00	SMPO 10 SMS 10
188	Relê fotocontrolador eletrônico, tipo MRF-10, liga de noite (LN), falha desligado (FD/failoff), conforme ABNT NBR5123, em policarbonato com proteção UV, capacidade de carga de 1000w resistivo, tensão de funcionamento de 220V e 60Hz, proteção contra surtos de 2Ka, índice de proteção IP65, tomada padrão NEMA com 3 pinos de latão estanhado, funcionamento com hidterese	Unidade	1100	R\$ 46,86	R\$ 51.546,00	SMPO 1000 SMS 100



	e retardo para evitar acionamento por picos de luminosidade transitórios.					
189	Resistência para chuveiro 110/220.	Unidade	50	R\$ 36,97	R\$ 1.848,50	SMS 50
190	Resistência para torneira elétrica 110/220.	Unidade	50	R\$ 41,06	R\$ 2.053,00	SMS 50
191	Spit bolt 16 mm.	Unidade	96	R\$ 9,80	R\$ 940,80	SME 96
192	Spot duplo, corpo em alumínio, na cor branca, encaixe E27, bocal em porcelana, potência máxima 60w, luminária sobreposta com certificado do Inmetro.	Unidade	200	R\$ 26,25	R\$ 5.250,00	SME 200
193	Terminal pré-isolado tipo olhal 2,5mm.	Unidade	1000	R\$ 1,03	R\$ 1.030,00	SMPO 500 SMS 500
194	Terminal pré-isolado tipo olhal 4mm.	Unidade	1000	R\$ 1,44	R\$ 1.440,00	SMPO 500 SMS 500
195	Terminal pré-isolado tipo olhal 6mm.	Unidade	1000	R\$ 1,83	R\$ 1.830,00	SMPO 500 SMS 500
196	Terminal pré-isolado tipo olhal 10mm.	Unidade	1000	R\$ 3,67	R\$ 3.670,00	SMPO 500 SMS 500
197	Terminal pré-isolado pino fêmea macho 2,5mm.	Unidade	1000	R\$ 2,75	R\$ 2.750,00	SMPO 500 SMS 500
198	Terminal pré-isolado pino fêmea macho 4mm.	Unidade	1000	R\$ 6,93	R\$ 6.930,00	SMPO 500 SMS 500
199	Terminal pré-isolado pino fêmea macho 6mm.	Unidade	1000	R\$ 7,48	R\$ 7.480,00	SMPO 500 SMS 500
200	Terminal pré-isolado pino	Unidade	1000	R\$ 10,97	R\$	SMPO 500



	fêmea macho 10mm.				10.970,00	SMS 500
201	Terminal pré-isolado pino macho 2,5mm.	Unidade	1000	R\$ 4,42	R\$ 4.420,00	SMPO 500 SMS 500
202	Terminal pré-isolado pino macho 4mm.	Unidade	1000	R\$ 6,62	R\$ 6.620,00	SMPO 500 SMS 500
203	Terminal pré-isolado pino macho 6mm.	Unidade	1000	R\$ 7,58	R\$ 7.580,00	SMPO 500 SMS 500
204	Terminal pré-isolado pino macho 10mm.	Unidade	1000	R\$ 13,00	R\$ 13.000,00	SMPO 500 SMS 500
205	Terminal pré-isolada forquilha garfo 2,5mm.	Unidade	1000	R\$ 4,34	R\$ 4.340,00	SMPO 500 SMS 500
206	Terminal pré-isolada forquilha garfo 4mm.	Unidade	1000	R\$ 5,77	R\$ 5.770,00	SMPO 500 SMS 500
207	Terminal pré-isolada forquilha garfo 6mm.	Unidade	1000	R\$ 6,43	R\$ 6.430,00	SMPO 500 SMS 500
208	Terminal pré-isolada forquilha garfo 10mm.	Unidade	1000	R\$ 10,50	R\$ 10.500,00	SMPO 500 SMS 500
209	Terminal conector tubular elétrico 2,5mm cor a escolher no ato da compra.	Unidade	1000	R\$ 4,30	R\$ 4.300,00	SMPO 500 SMS 500
210	Terminal conector tubular elétrico 4mm cor a escolher no ato da compra.	Unidade	1000	R\$ 0,67	R\$ 670,00	SMPO 500 SMS 500
211	Terminal conector tubular elétrico 6mm cor a escolher no ato da compra.	Unidade	1000	R\$ 0,73	R\$ 730,00	SMPO 500 SMS 500
212	Terminal conector tubular elétrico 10mm cor a escolher no ato da compra.	Unidade	1000	R\$ 1,49	R\$ 1.490,00	SMPO 500 SMS 500



213	Tomada com caixinha para canaleta, 20 amperes, sistema x duplo com certificação Inmetro.	Unidade	160	R\$ 13,92	R\$ 2.227,20	SMER 10 SME 150
214	Tomada com placa 2 x 4, 20 amperes, 2 pinos mais terra, com certificação no Inmetro.	Unidade	170	R\$ 11,53	R\$ 1.960,10	SMER 20 SME 150
215	Tomada dupla, com placa 2 x 4, 10 amperes, com certificação no Inmetro.	Unidade	170	R\$ 36,06	R\$ 6.130,20	SMER 20 SME 150
216	Tomada de embutir com placa 2x4 20A.	Unidade	100	R\$ 20,39	R\$ 2.039,00	SMS 100
217	Tomada de embutir com placa 2x4 10A.	Unidade	100	R\$ 18,79	R\$ 1.879,00	SMS 100
218	Torneira elétrica 5.500w, branca, bica alta móvel com arejador articulável jato suave quente, morna e fria, 220v.	Unidade	104	R\$ 170,76	R\$ 17.759,04	SMER 4 SME 100
219	Torneira elétrica voltagem e modelo (tipo parede ou balcão) será escolhido no ato da compra.	Unidade	60	R\$ 183,05	R\$ 10.983,00	SMPO 30 SMS 30
220	Tubo conduíte.	Unidade	100	R\$ 7,14	R\$ 714,00	SME 100
221	Tubo Eletroduto Rosc. Antichama 1", igual ou similar à marca Krona.	Unidade	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00	SME 100

8.1. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A LICITAÇÃO



8.1.1. O valor total máximo admitido para a licitação será de: **R\$ 2.279.076,76 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos).**

9. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Os valores referenciais do presente Termo foram coletados na Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto às informações, e representam o preço médio dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo.

10. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

10.1. Natureza: Bem comum de natureza não continuada;

10.2. Garantia: Sim. O prazo mínimo da garantia será especificado em cada item. O objeto cujo prazo de garantia não esteja expresso na descrição do item deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento

11. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

11.1. Não se aplica a presente contratação.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Não se aplica à presente contratação.

13. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Não se aplica.

14. FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. Pregão Eletrônico.

15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Menor preço por ITEM.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Aplica-se por se tratar de objeto de natureza divisível, de aquisição parcelada e incerteza de quantidade consumida.



17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Sim se aplica.

19. DA VISTORIA

19.1. Não se aplica.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Não se aplica.

21. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Não se aplica.

22. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA DETENTORA DA ARP

22.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

23. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

23.1. Mediante comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de qualificação econômico-financeira e demais comprovações eventualmente solicitadas no Edital.

24. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

24.1. A Detentora da ARP fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitado através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas neste Termo e Edital, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da data do recebimento da respectiva Nota;

24.2. O envio da Nota de Empenho à Detentora da Ata poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

24.3. Os objetos serão entregues de forma fracionada, de acordo com as quantidades estipuladas nos empenhos de cada secretaria solicitante;

24.4. A entrega dos objetos deverá ocorrer na Central de Recebimentos de Prudentópolis, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, no 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães – Centro, no



Município de Prudentópolis – PR, sem custos adicionais, no horário de expediente compreendido entre 08h00 às 12h00 e entre 13h00 às 17h00 horas de segunda a sexta-feira;

24.5. A Detentora da Ata deverá substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas do momento da solicitação;

24.6. É de responsabilidade da empresa vencedora do certame acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município.

25. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

25.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

a) Provisoriamente – no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;

b) Definitivamente – em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;

25.2. O recebimento definitivo não exime a Detentora da Ata das responsabilidades quanto à garantia do objeto;

25.3. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

26. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP

26.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura da ARP.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

I. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.



27.2. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da ARP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da ARP;

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

27.3. A Detentora da ARP suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em ARP;

27.4. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da ARP;

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal de ARP;

27.5. O pagamento poderá ser susgado, no todo ou em parte, no caso de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com o Município de Prudentópolis;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para ARP;

27.6. A (s) proponente (s) vencedora (s) deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da ARP (***Pregão Eletrônico 000/0000 e Ata de Registro de Preços nº 000/0000***);

27.7. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ nº 77003424/0001-34

Rua Conselheiro Rui Barbosa, nº 801 – Centro

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP: 84.400-000

27.8. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pelo Município de Prudentópolis:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;



c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II - A Detentora da ARP deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e da ARP;

27.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Detentora da ARP informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

28. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

28.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (*Art. 134 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021*).

29. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ARP

29.1. A **fiscalização** do contrato ficará a cargo dos servidores de cada secretaria:

Secretaria Municipal de Educação: Alisson Pechefist

Secretaria Municipal de Esportes e Recreação: Marcos Cesar Bozatski.

Secretaria Municipal de Planejamento: Glauco dos Santos Capetini e Sr. Emerson Polovei.

Secretaria Municipal de Saúde: Sr. Amauri Ortiz Mosquer.

Secretaria Municipal de Turismo: Sr. Paulo Roberto Alves de Ramos e Sr. Fabio Preisner Saraiva, os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

29.2. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

29.3. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

29.4. Anotar em documento próprio as ocorrências;

29.5. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

29.6. Aplicar ao contratado as sanções administrativas de sua competência;



29.7. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência;

29.8. A gestão do(s) contrato(s) ficará a cargo dos secretários das pastas solicitantes;

29.9. Ficam os Fiscais, Central Recebimento de Prudentópolis e os Gestores da Ata de Registro de Preços ciente da publicação da mesma após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos;

29.10. Ciente das funções relativas à fiscalização do contrato resultante do presente Processo, assina no processo inicial.

30. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

30.1. O Município obriga-se a:

30.2. Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;

30.3. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer os objetos dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;

30.4. Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

30.5. Solicitar a substituição do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

30.6. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

31.1. A Detentora da ARP obriga-se a:

31.2. Efetuar a entrega do objeto, sempre que solicitado, observando o disposto no Edital e ARP, primando pela qualidade, celeridade e eficiência;

31.3. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas em Ata, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

31.4. Havendo necessidade de remoção dos objetos em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da DETENTORA DA ARP;

31.5. Fornecer o Objeto de forma contínua e fracionada conforme solicitação expedida através de ordem de compra, de acordo com a necessidade da Contratante;



- 31.6.** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- 31.7.** Prestar os esclarecimentos que forem necessários à Prefeitura de Prudentópolis, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 31.8.** Manter durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no processo licitatório;
- 31.9.** A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto para a Contratante sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;
- 31.10.** Responder a todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;
- 31.11.** Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes do avençado;
- 31.12.** Substituir, às suas expensas, o objeto entregue em desacordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos;
- 31.13.** A Empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo objeto licitado, enquanto estiver sob sua guarda, até a formalização da entrega, devendo ressarcir o erário em caso de danos causados na entrega do objeto durante o transporte;
- 31.14.** Todos os objetos devem ser entregues em perfeitas condições, sem apresentar qualquer defeito de fabricação;
- 31.15.** Além disso, o fornecedor deverá disponibilizar garantia, assegurando a reposição ou reparo imediato em caso de qualquer defeito apresentado durante o período de garantia;
- 31.16.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, salvo com autorização expressa do Município.

32. DAS SANÇÕES

- 32.1.** Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Detentora da ARP sujeita às



sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

33. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual;

33.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

33.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

33.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

33.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

33.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

33.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

33.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em



parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

34. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Os objetos devem ser transportados e armazenados de acordo com normas do fabricante e demais procedimentos necessários à manutenção da sua qualidade e integridade;

35.2. A ARP poderá ser rescindida pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

35.3. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

36. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

36.1. Os Secretários das pastas solicitantes, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, declaram que leram, conhecem e aprovam integralmente o presente Termo de Referência.

Em 10 de abril de 2026.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da Ata de RP, número de telefone, fixo e/ou celular)
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)



Lote/Item	Descrição Marca Fabricante Modelo	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Proposta					R\$

Validade da proposta:

Valor máximo por extenso:

Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)



ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-----/2026

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e ----- conforme licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026.**

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Adelmo Luiz Klosowski, brasileiro, casado, portador de RG nº 1.462.650-6/Pr e inscrito no CPF sob nº 411.324.249-68, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 640, nesta cidade, doravante nesta Ata de RP denominada simplesmente de GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; e de outro lado _____, denominada REGISTRADA, acordam em registrar os preços indicados na presente ata de registro de preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026**, pelos termos da proposta da registrada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente a Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição de materiais elétricos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

§1º Em decorrência da proposta apresentada e homologada, ficam registrados os preços indicados a seguir:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

§2º A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de **R\$** **(.....).**



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o número 90xxx/2026**, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativas ao objeto contratual, particularmente quanto a (ao):

- I) Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II) Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III) Proposta da registrada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- I) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2º A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4º O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§5º Dos limites para as adesões:



I) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços.

II) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

III) A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item I, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

§6º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

§1º Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a **vigência de 12 (doze) meses**, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município.

§2º No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3º O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

§4º O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

I) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

§5º A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I) O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§6º Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art.



124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§7º Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

§8º Haverá cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§9º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

II) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

§10º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§11º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

I) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§12º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o órgão gerenciador pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

I) A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

§1º Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.

§2º A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3º O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4º Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I) O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5º Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do novo preço;

III) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

§6º Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se



comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7º Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5º.

§8º A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV) O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9º Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II) A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10º Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

I) Ausência de elevação dos encargos do particular;

II) Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III) Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV) Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11º Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

§12º Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

§13º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante



requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14º Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15º Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16º O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

(NO CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

§17º DO REAJUSTE

I) Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação no IPCA, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

II) A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, §4º, da Lei 14.133/2021.

III) O reajustamento deverá ser concedido pelo órgão gerenciador independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

IV) No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

V) O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

VI) A regra de reajuste prevista poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

§1º A Detentora da ARP fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitado através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas neste Termo e Edital, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da data do recebimento da respectiva Nota;

I) O envio da Nota de Empenho a Detentora da ARP poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.



II) Os objetos serão entregues de forma fracionada, de acordo com as quantidades estipuladas nos empenhos de cada secretaria solicitante;

§2º Os objetos deverão ser entregues na Central de Recebimento da Contratante, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães – Centro, no Município de Prudentópolis/PR, no horário de expediente compreendido entre 08h00 às 12h00 e entre 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira e sem custos adicionais.

§3º A Detentora da Ata deverá substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas do momento da solicitação;

§4º É de responsabilidade da Detentora da ARP acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

§5º DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

I) O presente objeto será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

a) Provisoriamente – no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;

b) Definitivamente – em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;

II) O recebimento definitivo não exime a Contratada de providenciar as devidas correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

§6º Os objetos deverão corresponder as especificações dos descritivos do Item 8 do Termo de Referência (Anexo I).

§7º Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

§8º DA GARANTIA

I) O prazo mínimo da garantia será especificado em cada item.

II) O objeto cujo prazo de garantia não esteja expresso na descrição do item deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento.

§9º DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA

I) A substituição da marca durante a execução da Ata de Registro de Preços será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de



qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

II) Na hipótese de autorização da substituição da marca, esta será formalizada por meio de Termo de Apostilamento, precedido de autorização expressa do Prefeito Municipal e de sua respectiva publicação no Diário Oficial, competindo à empresa detentora da Ata de Registro de Preços o acompanhamento dos referidos atos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços/entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

I) Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata diem*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II) Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

§2º O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

I) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400.000

§4º Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

I) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.



§5º O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o órgão gerenciador da Ata de RP;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP ***(Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026 e Ata de Registro de Preços nº xxx/xxxx).***

§7º Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada.

§8º Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I – Os tributos a serem retidos pelo Órgão Gerenciador da Ata de RP:

- a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a [Instrução Normativa RFB nº 2110/2022](#).
- b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.
- c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II – O órgão gerenciador da Ata de RP deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme **ANEXO IV**.

§2º As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante



apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da REGISTRADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (Gerenciador da Ata de RP)

- I)** Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;
- II)** Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;
- III)** Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;
- IV)** Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;
- V)** Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste processo;
- VI)** Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP;
- VII)** Notificar a Detentora da ARP por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na realização do fornecimento do objeto.

§2º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

I. Efetuar a entrega e fornecimento do objeto:

- a)** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância às especificações do Edital, Ata de Registro de Preços e proposta, primando pela qualidade, celeridade e eficiência, sem custos adicionais;
- b)** Fornecer o objeto de forma contínua e fracionada, conforme solicitação expedida por meio de ordem de compra, de acordo com a necessidade da Contratante;
- c)** Todas os objetos devem ser entregues em perfeitas condições, sem apresentar qualquer defeito de fabricação;
- d)** A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho.



II. Garantia, substituição e transporte:

- a) Substituir, às suas expensas, o objeto entregue em desacordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos;
- b) Havendo necessidade de remoção dos objetos em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da Detentora da ARP;
- c) A empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo objeto licitado enquanto estiver sob sua guarda, até a formalização da entrega, devendo ressarcir o erário em caso de danos causados durante o transporte;
- d) Além disso, o fornecedor deverá disponibilizar garantia, assegurando a reposição ou reparo imediato em caso de qualquer defeito apresentado durante o período de garantia.

III. Responsabilidades e encargos:

- a) Responder por todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que venham a incidir sobre a ARP;
- b) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso.

IV. Cumprimento das condições contratuais:

- a) Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas na Ata, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- b) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- c) Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V. Fiscalização e comunicação:

- a) Assegurar à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes da ARP;
- b) Prestar os esclarecimentos que forem necessários à Prefeitura de Prudentópolis, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;



c) A Detentora da ARP deverá assegurar que os números de telefone, e-mails e endereços estejam sempre atualizados no cadastro junto à Contratante.

VI. Disposições gerais:

a) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas na ARP, salvo com autorização expressa da Prefeitura de Prudentópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º A empresa registrada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I** – Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP;
- II** – Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** – Dar causa à inexecução total da Ata de RP;
- IV** – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de RP;
- IX** – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de RP;
- X** – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

- I** – Advertência;
- II** – Multa;
- III** – Impedimento de licitar e contratar;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I** – A natureza e a gravidade da infração cometida;



II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º No caso de inexecução parcial injustificada:

I) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II) Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a registrada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade da Ata de RP;

III) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I) Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade da Ata de RP e durante sua vigência;

II) O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III) No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou da Ata de RP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de RP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) Pagamento da multa;

III) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

VI) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

I – O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.

II – O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.

IV – O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.

V – O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação ao órgão gerenciador da Ata de RP.

VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.

VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.133/21.

IX – Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa;

X – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.

XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

IV – A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser



precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º A fiscalização da (s) ARP (s) ficará a cargo dos servidores a seguir nominados:

- a) Secretaria Municipal de Educação:** Alisson Pechefist;
- b) Secretaria Municipal de Esportes e Recreação:** Marcos Cesar Bozatski;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento:** Glauco dos Santos Capetini e Sr. Emerson Polovei;
- d) Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Amauri Ortiz Mosquer;
- e) Secretaria Municipal de Turismo:** Sr. Paulo Roberto Alves de Ramos e Sr. Fabio Preisner Saraiva.

§2º Os fiscais e seus substitutos terão, entre outras, as seguintes atribuições:

- I)** Ler minuciosamente a Ata de Registro de Preços, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II)** Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;
- III)** Anotar em documento próprio as ocorrências;
- IV)** Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- V)** Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;
- VI)** Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§3º A gestão da (s) ARP (s) ficará a cargo dos Secretários das pastas solicitantes.

§4º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da REGISTRADA, pelos danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§5º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP, não elide nem diminui a responsabilidade da REGISTRADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou do servidor designado para a fiscalização.

§6º Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP notificará a REGISTRADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.



§7º Ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

§8º As comunicações entre ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP e REGISTRADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§9º Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

§1º Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador da Ata de RP, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

§1º Incumbirá ao órgão gerenciador da Ata de RP divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se nesta licitação e na Ata de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução Ata de RP;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;



d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º Garantir o cumprimento da Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (a “LGPD”), de acordo com, mas não limitado à, os seguintes critérios:

I) Não realizar qualquer tratamento de Informações Pessoais, entendidas como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais para processamento de dados pessoais;

II) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança das Informações Pessoais;

III) Realizar tratamento de Informações Pessoais com o propósito de cumprir as suas obrigações



contratuais;

IV) Não permitir ou facilitar o tratamento de Informações Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações contratuais.

§2º A registrada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sexta e lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações.

§2º Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3º Reserva-se ao órgão gerenciador da Ata de RP o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4º A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5º O órgão gerenciador da Ata de RP enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Prudentópolis, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis/PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do órgão gerenciador Município de Prudentópolis/Paraná.

Prudentópolis, de de 2026.

Município de Prudentópolis

Adelmo Luiz Klosowski

Detentora da Ata de RP



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Órgão Gerenciador

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Nome:

Nome:



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA